



## Educação, clandestinidade e cultura política: a denúncia como princípio e recurso educativo nas páginas de *A Classe Operária*

*Education, clandestinity and political culture: denunciation as a principle and educational resource in the pages of A Classe Operária*



Marieli Elena Müller

Graduada em História

Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc

Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul – Brasil

[marielimuller95@hotmail.com](mailto:marielimuller95@hotmail.com)



Eduarda Thaís dos Santos

Graduada em História

Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc

Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul – Brasil

[eduardathaisdossantos@gmail.com](mailto:eduardathaisdossantos@gmail.com)



Diego Orgel Dal Bosco Almeida

Doutor em História

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó

Chapecó, Santa Catarina – Brasil

[diegodalbosco@unochapeco.edu.br](mailto:diegodalbosco@unochapeco.edu.br)

**Resumo:** O objetivo central deste artigo é apresentar os resultados parciais de uma investigação acerca do papel educativo do jornal *A Classe Operária*, que circulou clandestinamente durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Relacionando os conceitos de educação, clandestinidade e cultura política, além de considerar referenciais metodológicos ligados aos potenciais usos da fonte jornal para a História da Educação, a análise de vinte (20) edições deste periódico, entre 1967 e 1969, demonstrou que *A Classe Operária* foi um importante instrumento de educação para os comunistas na clandestinidade. Em suas páginas, a denúncia teve centralidade como princípio e recurso educativo. Como princípio, teve a função de disseminar valores, crenças, convicções e pressupostos associados à cultura política comunista, o que já era uma prática educativa desde o seu surgimento em 1925. Como recurso, serviu como um disseminador de valores que enfatizavam o comprometimento, a solidariedade e a lealdade com a organização partidária, além da capacidade de enfrentar riscos e adversidades, principalmente quando a militância comunista precisou atuar na clandestinidade, entre fins dos anos 1960 e meados dos 1970.

**Palavras chave:** *A Classe Operária*; História da Educação; clandestinidade; cultura política.

**Abstract:** The main objective of this article is to present the partial results of an investigation about the educational role of the newspaper *A Classe Operária*, which circulated clandestinely during the Brazilian military dictatorship (1964-1985). Relating the concepts of education, clandestinity and political culture, in addition to considering methodological references linked to the potential uses of the newspaper source for the History of Education, the analysis of twenty (20) editions of this periodical, between 1967 and 1969, demonstrated that *A Classe Operária* it was an important instrument of education for clandestinity communists. In its pages, the denunciation was central as an educational principle and resource. As a principle, it had the function of disseminating values, beliefs, convictions and assumptions associated with communist political culture, which was already an educational practice since its emergence in 1925. As a resource, it served as a disseminator of values that emphasized commitment, solidarity and loyalty to the party organization, in addition to the ability to face risks and adversities, especially when communist militancy had to act clandestinity, between the late 1960s and mid-1970s.

**Keywords:** *A Classe Operária*; History of Education; clandestinity; political culture.

Cite como

(*ABNT NBR 6023:2018*)

MÜLLER, Marieli Elena; SANTOS, Eduarda Thaís; ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Educação, clandestinidade e cultura política: a denúncia como princípio e recurso educativo nas páginas de *A Classe Operária*. *Dialogia*, São Paulo, n. 46, p. 1-18, e24489, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/46.2023.24489>

*American Psychological Association (APA)*

Müller, M. E., Santos, E. T., & Almeida, D. O. D. B.. (2023, set./dez.). Educação, clandestinidade e cultura política: a denúncia como princípio e recurso educativo nas páginas de *A Classe Operária*. *Dialogia*, São Paulo, 46, p. 1-18, e24489. <https://doi.org/10.5585/46.2023.24489>

## Introdução

Cada organização do partido e cada comunista devem prestar [...] atenção às aspirações sentidas das massas. Estudando junto aos trabalhadores, suas necessidades mais prementes, debatendo com eles a melhor maneira de organizar sua luta, é possível desencadear greves e outras manifestações reivindicatórias ou de protesto. Uma greve realizada com êxito numa ou em várias empresas, repercutirá entre os trabalhadores de todo o país e servirá de estímulo a novas ações (*A CLASSE OPERÁRIA*, 1967, p. 1).

Nas organizações políticas de esquerda em todo o mundo, a criação de jornais que pudessem veicular seu ideário e propagar suas ações foi uma prática significativa. Em países nos quais essas organizações, a exemplo dos partidos comunistas, estavam na ilegalidade, os jornais e a utilização de panfletos, cartazes, cartilhas e pichações, tornaram-se instrumentos específicos de ação política, educativa e de resistência. Integram, desse modo, um conjunto de práticas que se realizava sob a condição de clandestinidade. *A Classe Operária*, “não fugiu a essa regra” que se configurou como espécie de “tradição” entre as organizações e os partidos de esquerda em vários países: a publicação de “jornais que se tornassem porta-voz de suas orientações políticas” (FERREIRA, 2011, p. 1). Foi um jornal criado pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) em 1925, tendo se tornado publicação oficial do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) após a grande cisão do partido no Brasil em 1962. Entre fins dos anos 1960 e meados dos 1970, quando a atuação clandestina da militância comunista se tornou mais forte, ao mesmo tempo em que se acentuou a perseguição política de todos os grupos que se opunham à ditadura militar, o PCdoB adotou uma postura mais cautelosa e estratégica em relação às lutas políticas e sociais no país, buscando, dessa forma, orientar as ações da militância na e para a clandestinidade. Nesse contexto, o jornal *A Classe Operária* teve papel fundamental na veiculação de representações sobre como deveria ser a atuação de seus militantes.

O objetivo deste texto é apresentar resultados parciais da segunda fase de uma investigação acerca do papel educativo que teve o periódico *A Classe Operária* especialmente no período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Na primeira fase, ainda bastante preliminar, procuramos compreender *A Classe Operária* e suas potencialidades como fonte de pesquisa para a História da Educação, lançando um olhar de caráter exploratório para suas edições. Percebemos, nessa fase de leitura exploratória, que se faziam presentes vários elementos que poderiam ser associados às práticas educativas de comunistas na clandestinidade, nosso tema principal de investigação, além de outras características que eram próprias da cultura desse grupo político (SILVEIRA; OLIVEIRA; MULLER; NICOLAY, 2019).

Na segunda incursão, da qual o texto que segue é um dos resultados, ao examinar o conteúdo de vinte (20) edições de *A Classe Operária* entre os anos de 1967 e 1969, aprofundando

os estudos da temática inicialmente elaborada em nosso percurso, identificamos traços significativos de um processo educativo cujo propósito foi a educação de militantes do partido, inclusive por meio de “exemplos” de atuação política clandestina das principais lideranças e integrantes da organização. Assim, além da *denúncia* se configurar como uma espécie de pedagogia da educação comunista, ou seja, como um princípio ligado à cultura política comunista que se deu em toda a história dos comunistas ao redor do mundo, no Brasil, no contexto dos anos 1960-1970, fortemente marcado pela ilegalidade do partido e pela intensa repressão da ditadura militar, a *denúncia* se tornou um recurso importante para a formação e atuação da militância da organização que atuava na clandestinidade.

A partir do fim dos anos 1960 e ao longo da primeira metade dos 1970, especialmente, a *denúncia* da realidade de exploração capitalista, tradicionalmente uma forma de luta política que se fazia presente nas páginas de *A Classe Operária*, ganhou alguns contornos específicos dirigidos à militância partidária. Como recurso, a *denúncia* operacionalizou um processo educativo de sua militância para atuar na e para a clandestinidade. Princípio e recurso que integram uma pedagogia dos comunistas que ganhavam novos contornos na medida em que a atuação clandestina passou a se intensificar.

O texto divide-se em dois momentos. No primeiro, apresentamos notas de nosso percurso investigativo, desde as balizas teórico-conceituais que orientaram nossas pesquisas até o trabalho com as fontes de pesquisa e as edições do jornal *A Classe Operária*. No plano teórico-conceitual, procuramos estabelecer as possibilidades de relação entre conceitos que consideramos principais: educação (CABANAS, 2002; BRANDÃO, 2002; FREITAG, 1986), clandestinidade (LACERDA FILHO, 2011) e cultura política (MOTTA, 2013; 2014). A partir disso, procuramos evidenciar como se pode se realizar o trabalho com a fonte jornal quando se parte de um contexto de “diversificação de temas e fontes para a História da Educação” já identificado no levantamento realizado por Denice Bárbara Catani e Luciano Mendes de Faria Filho (2002) e quando se trabalha com fontes consideradas “diferenciadas” no campo histórico-educacional, questão também já abordada por Ana Karine Braggio e Alexandre Felipe Fiúza (2013). Ainda na primeira parte do artigo, discutindo o próprio estatuto da fonte histórica (CERTEAU, 1995; SAVIANI, 2006) e, especialmente, os usos do jornal como fonte de pesquisa, buscamos estabelecer cruzamentos entre o campo historiográfico em geral e o da História da Educação em específico a partir de diferentes produções acerca dessa temática (ELMIR, 1995; LUCA, 2006; CATANI; BASTOS, 1997; NÓVOA, 1997).

Na segunda parte, apresentamos nossa compreensão acerca do jornal *A Classe Operária* como instrumento de educação e formação política, no qual a *denúncia* se mostrou como princípio

embasado em pressupostos da cultura política comunista e, especialmente no conjunto das vinte (20) edições analisadas entre 1967 e 1969, apareceu como recurso dirigido à formação partidária, considerando que o partido atuava na clandestinidade em um período no qual os grupos de oposição à ditadura foram duramente perseguidos. No que se liga à formação de militantes, os exemplos de atuação militante, através das narrativas de trajetórias de membros e lideranças, visava, inclusive, transmitir a ideia de que, caso fosse necessário, o militante deveria abnegar da sua própria vida (MOTTA, 2013).

Entendemos, a partir do nosso percurso, que a *denúncia* como princípio da cultura política comunista se configurou como uma pedagogia nas páginas de *A Classe Operária*. Isto é, como um princípio que foi basilar desde a criação do periódico em 1925. Contudo, a partir de fins dos anos 1960 e meados dos 1970, esse princípio configurou-se como recurso relacionado a um contexto de forte cerceamento e repressão, e o jornal foi um veículo, dirigido à militância, de uma educação na e para a clandestinidade.

### **Educação, clandestinidade e cultura política em *A Classe Operária*: percurso e possibilidades como fonte e objeto de pesquisa na História da Educação**

Ao trabalharmos com um conjunto pouco usual e bastante diversificado de fontes no campo de conhecimento histórico-educacional, argumentando, assim, em defesa de uma História da Educação das práticas educativas de homens e mulheres que faziam parte de organizações de esquerda, a exemplo dos partidos comunistas (PCB e PCdoB no caso brasileiro) e que tiveram suas vidas marcadas pela clandestinidade, enfrentamos alguns desafios. Nossas fontes de pesquisa, por exemplo, demonstravam que a própria palavra *educação* e suas possíveis associações (SILVEIRA; MORETTI, 2017; SILVEIRA; OLIVEIRA, 2019) apareciam em muitos dos documentos que havíamos selecionado para análise. Vale salientar que essas palavras não se faziam presentes apenas nos documentos que foram produzidos por quem vivia na clandestinidade política, mas também por aqueles que integravam os grupos de agentes da repressão política: militares, delegados, enfim, a polícia política. Recorrente foi o número de vezes que essa palavra apareceu na documentação que analisamos.

Entendemos que o nosso percurso investigativo integra um contexto maior, denominado de “diversificação de temas e fontes para a História da Educação no Brasil”, e que vem se construindo gradualmente, principalmente nos últimos anos (CATANI; FARIA FILHO, 2002). Da mesma forma, ao trabalharmos com os chamados “arquivos da repressão”, desde inquéritos, dossiês e prontuários policiais, entre outros, avançamos nos usos dessa tipologia de fonte, o que permitiu refletir sobre o percurso do ponto de vista teórico-metodológico. Percebemos, a partir

daí, a potencialidade do tema no campo da História da Educação, questão que já havia sido levantada por outros pesquisadores que compreenderam “a pouca utilização” dessas fontes principalmente devido ao “desconhecimento dos pesquisadores da possibilidade de se trabalhar com arquivos da polícia política para abranger questões relativas à educação” (FIUZA; BRAGGIO, 2013, p. 444).

Para se compreender as práticas de educação que se davam entre os comunistas brasileiros que tiveram suas trajetórias de vida marcadas pela clandestinidade, estabelecemos relação com conceitos de *educação* que pressupõem compreender a educação a partir do incremento de suas múltiplas faces e não restritas apenas aos espaços escolarizados. Partimos da própria palavra *educação* que pode designar significados distintos e variados, procurando demonstrar a “impossibilidade de um único significado do termo”, tendo em vista que nenhum teria “autoridade absoluta a ponto de poder ter a pretensão de ser adotado universalmente” (CABANAS, 2002, p. 52). E concordamos, além disso, que “não há uma forma única nem um único modelo de educação” e a “escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor” (BRANDÃO, 2002, p. 9). Entendemos que a educação é uma “prática social” que atua em duas direções: 1) “no desenvolvimento de suas forças produtivas; 2) no desenvolvimento de seus valores culturais” (BRANDÃO, 2002, p. 75). A educação também pode expressar “uma doutrina pedagógica, a qual implícita ou explicitamente se baseia em uma filosofia de vida, uma concepção de [ser humano] e sociedade” e, além disso, “numa realidade social concreta, o processo educacional se dá através de instituições específicas que se tornam porta-vozes dessa doutrina” (FREITAG, 1986, p. 13). Essas balizas teórico-conceituais tornaram-se importantes para que pudéssemos ampliar o conceito de educação para além dos espaços escolarizados e problematizar, afinal, que tipo de educação os documentos com os quais estávamos trabalhando faziam referência na interlocução entre educação e clandestinidade (SILVEIRA; MORETTI, 2017; SILVEIRA; ALMEIDA, 2021).

Em relação ao jornal *A Classe Operária*, compreendido em nossas leituras e discussões, como um instrumento de educação, foi possível entendê-lo a partir de um conjunto de ações de militantes comunistas na clandestinidade. As práticas educativas de comunistas na clandestinidade atuavam no desenvolvimento do conjunto de valores, crenças e pressupostos ligados à cultura política comunista e expressavam desde uma filosofia de vida acerca da atuação de seus militantes até concepções mais amplas de transformação radical da realidade. Assim, entender como ocorriam e as características das práticas educativas de comunistas na clandestinidade e, aqui em específico, o jornal *A Classe Operária* como um instrumento de educação, implicou em considerar o conceito

teórico de cultura política, de um ponto de vista mais amplo, e aspectos que englobam a cultura política comunista de maneira mais específica.

O conceito de cultura política vem sendo, há alguns anos, apropriado pela historiografia brasileira. Durante as décadas de 1980-1990, o conceito passou a ser tematizado, primeiramente, pela historiografia francesa, a partir da reabilitação da História Política, momento que foi reconhecido como o “retorno do político” (MOTTA, 2014, p. 18). Seu “valor explicativo” reside em mostrar “como as ações políticas podem ser determinadas por crenças, mitos, ou pela força da tradição...” e seu estudo não pode prescindir da consideração de que existem determinados “vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas, como família, instituições educacionais, corporações militares, partidos e sindicatos” (MOTTA, 2014, p. 22-23). As possibilidades abertas pelo enfoque nas culturas políticas “são amplas e férteis” na medida em que “permitem uma compreensão mais rica e sofisticada do comportamento político”, para além do ponto de vista de adesão institucional, explorando “outras dimensões explicativas para os fenômenos políticos, como a força dos sentimentos (paixões, medo), a fidelidade a tradições (família, religião) e a adesão a valores (moral, honra, patriotismo)” entre outros (MOTTA, 2014, p. 29).

No caso da cultura política comunista, o primeiro ponto a considerar é que ela não se limita às instituições partidárias. A cultura política comunista transcendeu os partidos comunistas, “ainda que a cultura comunista tenha na figura do partido um dos elementos essenciais” inspirando, inclusive no Brasil, “a formação de vários partidos políticos [...] todos eles se considerando os seus verdadeiros e melhores intérpretes” (MOTTA, 2013, p. 20). Como um conjunto de crenças, valores e propósitos que embasaram e colocavam em movimento as ações e práticas de comunistas em todo o mundo, a cultura política comunista manteve a convicção “na razão, na ciência e no progresso” como pressupostos necessários a “construção de uma sociedade socialista, em que os homens [e também mulheres] seriam libertados pela força do atraso social e da tradição” tendo em vista que a “nova sociedade permitiria a superação da pobreza e da miséria, ou seja, das privações materiais”. Essa ideia de superação, somada à convicção na razão e na ciência demonstra “a importância da educação na cultura política comunista, como vetor capaz de disseminar os valores da nova sociedade” (MOTTA, 2013, p. 21-22). Ou seja, ao compreender o jornal *A Classe Operária* como um instrumento educativo, o entendemos a partir dos valores, crenças e convicções que circulavam entre os comunistas ao redor do mundo e especialmente no Brasil. Serviu como um instrumento educativo porque servia para contribuir na disseminação do conjunto de valores, crenças e convicções associadas à cultura política comunista, que, mobilizado, expressou certas



concepções que visavam, por exemplo, a superação da sociedade capitalista em vias de um futuro alternativo.

No que diz respeito à clandestinidade, foi importante para os nossos estudos tentar ultrapassar a ideia simplista de “ilegalidade” (SILVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 156). Para compreender de modo adequado a clandestinidade, foi preciso considerar que sua conceituação é “polifônica”. Ou seja, não seria apenas o que não se apresenta nas condições de publicidade previstas em lei ou algo que é feito às escondidas ou reduzida à ideia de invisibilidade. A “interpretação polifônica” inclui, por exemplo, “conceitos psicanalíticos” como “trauma, sublimação, resistência dentre outros” (LACERDA FILHO, 2011, p. 9). Assim, partilhando das pesquisas pregressas sobre o termo, logo entendemos que não era possível considerar a clandestinidade sem compreender o que seriam as diferentes “experiências da clandestinidade”. Isto é, que além de invisibilidade e ilegalidade, a clandestinidade também significava e representava as ideias de “trauma, resistência, projeto e imposição” (SILVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 156). Assim, tornou-se possível compreender as práticas educativas que ocorriam entre comunistas brasileiros na clandestinidade como práticas que se davam *na* e *para* uma atuação clandestina, Ou seja, práticas que se davam em um contexto de ilegalidade do partido e que educavam para ações políticas clandestinas, sobretudo no que diz respeito à educação da militância comunista.

Compreendemos que a opção dos comunistas pelo jornal como instrumento educativo se dava porque a condição de clandestinidade era cerceadora: não estavam disponíveis todas as escolhas e “a mais banal das ações disponíveis a qualquer outro requeria um minucioso conjunto de ações de segurança visando suas condições e as condições da organização a que pertencia” (LACERDA FILHO, 2011, p. 17-18). Com isso queremos dizer que, em grande parte, a clandestinidade acabava por forçar os membros do partido a uma atuação política e educativa que não era permitida nos mais tradicionais canais partidários, por exemplo. A clandestinidade não representava, dessa forma, “uma ruptura completa com a sociedade, mas, sim, se caracterizava por criar um contexto de isolamento relativo”. Assim, a clandestinidade se convertia em uma situação “onde duas condições antagônicas convivem simultaneamente: a visibilidade e a invisibilidade” (LACERDA FILHO, 2011, p. 29). Para o caso de *A Classe Operária*, pode-se dizer: o periódico não somente circulou na clandestinidade, como foi também um veículo de educação para a militância clandestina. Ou seja, a partir de uma imposição (não raras vezes causadora ou desencadeadora de um trauma para quem vivia como clandestino) se materializava um projeto político para superar essa condição. Uma educação dos aparatos clandestinos do partido que chegava aos militantes também por meio do jornal.

A utilização de jornais como fontes privilegiadas nas pesquisas históricas começou a ser considerada principalmente a partir da chamada Terceira Geração dos *Annales*, já que, antes disso, era muito comum a descrença do jornal enquanto fonte ou objeto de pesquisa. Foi com os *Annales* que ocorreu uma ampliação das noções que até então eram aplicadas à ideia de fonte histórica, alargando, em muito, os significados atribuídos ao documento. Em resumo, um documento não é, em hipótese alguma, neutro, pois está inserido em um ou mais contextos de produção e é produzido conscientemente ou não por uma sociedade. A utilização de jornais e periódicos na produção historiográfica aprimorou, a partir dos pressupostos defendidos nos *Annales*, aspectos metodológicos e heurísticos do fazer historiográfico: exercitar a crítica documental, além de problematizar e desconstruir o documento (no caso o jornal, mas não só), perguntando-se quem escreve, para quem, com quais objetivos e em quais contextos de produção. Podemos afirmar, partindo de nosso percurso investigativo, que a utilização de qualquer fonte para pesquisa implica, assim, em uma construção conjunta entre as perguntas estabelecidas pela investigação e o passado que vai se projetando nas fontes utilizadas.

Em termos metodológicos, o tratamento das edições de *A Classe Operária* considerou as observações já bastante difundidas e algo recorrentes no campo historiográfico de modo geral e, de maneira específica, em relação aos potenciais usos dos jornais como fonte para a História da Educação. Em uma primeira incursão metodológica, estabelecemos algumas diretrizes com base nas leituras de referenciais que tratam de orientar trabalhos de pesquisa que possuem os jornais como fonte ou objeto de estudo. São guias que direcionam para a tomada de certos cuidados em pesquisas relacionadas aos diferentes usos do jornal e seu conteúdo ideológico e/ou político, especialmente. Não recair no “uso instrumental e ingênuo que tomava conta dos periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas extraídas e utilizadas ao bel-prazer do pesquisador” (LUCA, 2006, p. 116) é uma das tônicas principais desses referenciais. Assim, não poderíamos apenas “tratar a imprensa como fonte de informação histórica” o que seria diferente de compreendê-la como “fonte de pesquisa histórica” (ELMIR, 1995, p. 20-21). Entendemos que esses cuidados iniciais foram necessários à investigação sobre o papel educativo do jornal *A Classe Operária*, embora sejam proposições metodológicas amplas e, em geral, dirigidas a pesquisas em jornais e periódicos de grande circulação.

*A Classe Operária* foi impresso em diversos locais nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, além de outras cidades do país. As edições eram produzidas de modo bastante artesanal, muitas vezes em tipografias caseiras, montadas pelos próprios militantes da organização responsável por suas edições. A circulação do jornal, sobretudo nos anos mais duros da ditadura, entre fins da década de 1960 e meados dos anos 1970, ficou gradualmente mais restrita, e as cópias



eram distribuídas também de forma clandestina entre operários e trabalhadores de fábricas, além de circular entre os militantes.

Nas edições que analisamos, muitos dos elementos mais significativos da cultura política comunista apareceram (SILVEIRA; OLIVEIRA; MULLER; NICOLAY, 2019). Dessa forma, se a educação era um vetor importante para os comunistas, já podíamos afirmar, então, que *A Classe Operária* se configurava em importante instrumento de educação, bastante significativo nos momentos em que os integrantes do partido tiveram suas vidas marcadas pela clandestinidade.

Além dos referenciais metodológicos do campo historiográfico geral, buscamos nos ancorar também em trabalhos que considerassem as especificidades do campo da História da Educação e os potenciais usos do jornal como fonte ou objeto de investigação. Ainda que tratando da relação entre imprensa periódica e educação escolar (e não de uma educação que não segue os ritos escolares, como a que estávamos estudando), alguns pressupostos foram por nós utilizados como parâmetro no trato metodológico necessário às edições analisadas de *A Classe Operária*.

Constituindo investigações sobre a imprensa pedagógica, por exemplo, Denice Bárbara Catani e Maria Helena Camara Bastos (1997, p. 5-10) indicam que a pesquisa com periódicos “[...] feita por professores para professores, feita para alunos e seus pares ou professores, feita pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe...” acabam não apenas por conter, mas também oferecer “muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino” tendo em vista que a sua “análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas, as práticas educativas”. Ou seja, através da análise das edições por nós selecionadas de *A Classe Operária* tornou-se possível compreender quais foram as bases de sua orientação política e dos elementos que englobavam essa orientação a partir da perspectiva da cultura política comunista, como já mencionamos antes.

António Nóvoa (1997, p. 115) afirmou que a fonte jornalística é um meio através do qual quem escreve História da Educação pode “compreender as dificuldades entre teoria e prática”, isto é, como a informação sobre um determinado fato ou acontecimento nunca está alheia de intencionalidade, carregada, pode-se dizer, de uma cultura que, no caso de *A Classe Operária*, orientou as ações do partido e de seus militantes em contexto marcado por uma atuação clandestina. Assim, no caso das denúncias das atrocidades do regime militar, foi possível perceber os elementos constitutivos da cultura política comunista e vislumbrar o papel educativo desse jornal direcionado aos trabalhadores de maneira geral e aos militantes do partido em particular.

Mesmo que tratando de imprensa pedagógica relacionada sobretudo à educação escolar, como dissemos, tanto as considerações de Catani e Bastos (1997) quanto as de Nóvoa (1997) nos

auxiliaram a compreender alguns dos aspectos propriamente educativos das edições que analisamos do jornal *A Classe Operária* por dois caminhos: o primeiro, que guarda relação com os propósitos de uma cultura política que entendia a educação como um “vetor” importante de disseminação de valores, doutrinas, crenças e ideias (MOTTA, 2013, p. 22) e que poderia chegar gradualmente a um público mais amplo e que não necessariamente integrasse as fileiras do partido, mas que fossem simpáticos da sua causa e que dessem seu apoio; o segundo, mais restrito, que se relaciona com a formação do militante que já fazia parte das fileiras da organização e que, através dos exemplos trazidos pelas páginas de *A Classe Operária*, deveria constituir com “devoção” e “abnegação” sua conduta como comunista e como um membro do partido (MOTTA, 2013, p. 26). O recurso à *denúncia* como princípio educativo foi marcado por esses dois caminhos que se fizeram presentes nas edições que analisamos de *A Classe Operária* e que passamos a apresentar a seguir.

### **O recurso da *denúncia* como uma pedagogia em *A Classe Operária*: uma formação dirigida à militância no partido**

O jornal *A Classe Operária* se constituiu, entre outras finalidades, como já dissemos, como uma forma e um mecanismo de educação para a mobilização política de trabalhadores e para a militância política. Como de resto acontecia em outras partes do mundo, em outras organizações de esquerda, a criação de um jornal para veicular ideais e ações tornara-se um meio de atuação política recorrente e que, especialmente no Brasil, devido à ditadura militar (1964-1985) e, mesmo algum tempo antes, com a forte presença do anticomunismo no país e a ditadura do Estado Novo (1937-1945), constituiu-se de modo significativo, como um instrumento de educação na clandestinidade.

Para se entender as características do jornal *A Classe Operária* como instrumento de educação no conjunto de práticas educativas que se realizavam entre comunistas na clandestinidade, tornou-se necessário considerar, de maneira ainda mais aprofundada, as relações dessa educação com a cultura política comunista.

Como dissemos na primeira parte deste texto, a partir das leituras que realizamos, para a cultura política comunista a educação era importante porque se configurava como um “vetor de disseminação” dos valores, crenças e ideais dos comunistas não somente no Brasil, mas também ao redor do mundo. Disseminação essa que, enquanto parte de uma cultura política, não se limitou às esferas partidárias (MOTTA, 2013, p. 22). Em nossos estudos, por exemplo, outros grupos sociais foram considerados fundamentais nessa disseminação de ideais sem necessariamente integrar “oficialmente” a organização partidária. O caso dos intelectuais, especialmente os escritores e artistas, é emblemático. Por já deterem reconhecimento e prestígio, escritores e artistas

se tornaram fundamentais aos comunistas na tarefa de divulgação dos ideais revolucionários a um público mais amplo. Essa possibilidade tornava-se ainda mais valorizada quando as opções pelos canais políticos tradicionais, a exemplo dos partidos, estavam excluídas devido à ilegalidade. A aproximação de escritores e artistas com a cultura política comunista não se dava pelas vias do partido, mas pela produção da cultura (ALMEIDA, 2021).

A utilização de jornais, bem como de outros instrumentos, principalmente nos momentos em que os partidos comunistas, como no caso brasileiro, estavam na ilegalidade, foram meios alternativos de atuação política, mas não só. Foram também vetores de uma educação que se deu, a exemplo das edições analisadas de *A Classe Operária*, por meio de duas linhas principais. A primeira linha guarda relação com a disseminação dos valores revolucionários a um público mais amplo do que a militância do partido: os trabalhadores e o operariado urbano em geral. A segunda linha dirige-se à atuação de dos militantes do partido, sobretudo aos que se envolveram com os aparatos clandestinos. Em ambas as linhas, a *denúncia* funcionou como recurso estratégico do jornal.

Como já dissemos, o jornal *A Classe Operária* era produzido com dificuldades, não só em função da sua condição de jornal clandestino, mas também devido à escassez de recursos. Ainda que em alguns períodos o jornal tenha circulado com mais de uma edição por mês, principalmente antes da grande cisão do partido entre PCB e PCdoB em 1962 e, sobretudo, antes de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), na maior parte de sua trajetória a circulação foi mesmo mensal. Mesmo que considerando a precariedade do suporte (sem gráfica própria, era feito em um quarto, às escondidas), é possível notar um trabalho de edição que evidencia os seus principais propósitos associados à cultura política comunista. Em algumas edições, encontramos, por exemplo, releituras de matérias veiculadas em jornais de grande circulação na época, reinterpretadas sob a perspectiva dos comunistas, por meio do recurso estratégico da *denúncia*:

Estimulados pelo regime de violências imperante no país, fazendeiros adotam métodos do período da escravidão. Mesmo num estado tão desenvolvido como São Paulo, ocorrem casos estarrecedores. Numa fazenda de propriedade do latifundiário Lunardeli, no município de São Roque, e, em outra, no município de Sorocaba, cujo dono é um japonês, numerosos jovens trabalhadores, que haviam sido recrutados como escravos no Paraná, viviam submetidos a espancamentos, privados de qualquer direito, passando fome e praticamente sem anda receber. A revelação foi feita por jornais paulistanos. (A CLASSE OPERÁRIA, 1967, s/p)

Observamos que a notícia sobre o trabalho escravo em uma fazenda no interior do estado de São Paulo não deixou de fazer alusão ao que chamou de “regime de violências no país”, referindo-se, diretamente, à ditadura militar (1964-1985). É também provável (embora não tenhamos acesso aos “jornais paulistanos” aos quais o redator de *A Classe Operária* fez referência)

que uma frase tão explícita, demonstrando contrariedade ao regime, não tenha aparecido no periódico de origem. É nesse aspecto que podemos caracterizar a *denúncia* enquanto um recurso estratégico e significativo de edição em *A Classe Operária*. Em outras palavras: o que *A Classe Operária* estava, afinal, denunciando? As violências do regime? O trabalho escravo? A sociedade capitalista? Os “jornais paulistanos” nos quais a notícia apareceu originalmente?

Ao constituir a argumentação da *denúncia*, o texto constrói a releitura do acontecimento a partir da crítica ao capitalismo: “Mesmo num estado tão desenvolvido [economicamente] como São Paulo, ocorrem casos estarrecedores”. A direção da crítica é à “propriedade”, ao “latifúndio”. Outro aspecto da *denúncia*, além das atrocidades do regime militar, é sobre a condição de vida dos trabalhadores dessa fazenda localizada no interior do estado de São Paulo: “numerosos jovens trabalhadores, que haviam sido recrutados como escravos no Paraná, viviam submetidos a espancamentos, privados de qualquer direito, passando fome...”. *A Classe Operária* não se limita a descrever o ocorrido. As relações que a redação do texto estabelece estão ligadas a aspectos-chave da cultura política comunista e a potencial disseminação dos valores, crenças e propósitos dessa cultura.

Outro elemento observável: a notícia é sobre trabalhadores. Um dos *slogans* de *A Classe Operária*, utilizado como um “subtítulo” do periódico, foi: “Jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores” (FERREIRA, M., 2010, s.p.). Essa “marca”, por assim dizer, carrega uma das funções do jornal como instrumento de educação *na* e *para* a clandestinidade. Ou seja, a mobilização política dos trabalhadores. Isso aparecia, em geral, já nas primeiras páginas do jornal. Assim, a releitura de notícias de jornais de grande circulação na época, sem referências mais diretas, acentuando o contorno da notícia sob a perspectiva dos comunistas, permitiu ao jornal “traduzir” essas notícias e adaptá-las ao vocabulário comunista. O foco recaía sobre os trabalhadores e embasava-se na ideia de superação da situação vivida em vistas de outra com melhores condições no futuro.

A *denúncia*, como no caso da notícia sobre jovens trabalhadores no interior do estado de São Paulo, estava fundamentada na crença “na razão, na ciência e no progresso” como requisitos para a “construção da sociedade socialista” já libertada das “forças do atraso social e da tradição” (MOTTA, 2013, p. 22). Esse constante “desvelar” do mundo era um dos princípios da razão e da ciência que foi adotado pelos comunistas ao redor do mundo. É por isso que, especialmente aos partidos e demais organizações que atuavam na clandestinidade, através de canais e/ou instrumentos não “oficiais”, a educação era importante: ao denunciar as arbitrariedades, as violências e a exploração econômica seria possível conscientizar para a construção da nova sociedade. No texto, a “escravidão” pode ser vista como um exemplo desse “atraso social”, mesmo

em um dos “estados mais desenvolvidos” como São Paulo. Ao denunciar, a matéria de *A Classe Operária* anuncia que uma situação tão “estrangeira” não pode continuar, ou seja, propõe, implicitamente, sua superação.

O foco do jornal *A Classe Operária* nos trabalhadores guarda relação com outra característica importante da cultura política comunista: o internacionalismo compreendido como uma oposição ao nacionalismo. Embora haja menção ao Brasil, o jornal não se dirige aos “brasileiros”. Esse elemento guarda relação com o internacionalismo político, que se configurou, entre os comunistas, a partir da ideia de oposição ao nacionalismo. Inspirada na célebre frase de Marx e Engels no *Manifesto Comunista*: “proletários do mundo, uni-vos” a proposição era a de que os trabalhadores não deveriam seguir ideais nacionalistas, então considerados como uma ideologia “típica da sociedade burguesa”. Os movimentos nacionalistas geravam “guerras imperialistas e escamoteavam a dominação social; sua identidade e solidariedade deveriam se restringir aos irmãos de classe, lutando juntos, independente das fronteiras nacionais em benefício da igualdade universal” (MOTTA, 2013, p. 22). Dirigir-se aos trabalhadores no texto das matérias veiculadas no jornal (e não aos brasileiros, por exemplo) fazia parte dos fundamentos filosóficos nos quais se apoiavam os comunistas para a construção de uma sociedade socialista no futuro.

A ideia de superação das condições impostas pela sociedade capitalista configurou-se como um dos fundamentos da cultura política comunista e foi uma diretriz do partido no Brasil que, nos anos 1960, seguia, além das obras de Marx, os textos do Comitê Central Chinês, alguns deles, inclusive, de cuja autoria foi atribuída ao próprio Mao-Tsé-Tung: “na sociedade de classes, as revoluções e as guerras revolucionárias são inevitáveis; sem elas, é impossível obter-se um desenvolvimento da sociedade por saltos, de aniquilar a classe reacionária dominante e de permitir ao povo tomar o poder” (A CLASSE OPERÁRIA, 1968, n.22, p. 1).

Problematizando um pouco mais o recurso da *denúncia*, é possível dizer ainda que a situação relativamente paradoxal de “trabalho escravo” em um sistema que já deveria ter superado tal condição, além do fato de se tratar de “jovens”, servia como meio de sensibilizar os potenciais leitores do jornal, oferecendo alternativas àquela situação. A sensibilização foi um elemento que englobou o recurso da denúncia nas páginas de *A Classe Operária*. Esse tipo de recurso foi utilizado também pelos escritores que redigiram narrativas/relatos de viagem à União Soviética e que, ao retornarem ao país, trataram de publicar seus livros. O caso do livro do escritor Josué Guimarães é exemplar. O título da obra é “As muralhas de Jericó”, narrativa bíblica na qual o profeta Josué adentra a cidade murada de Jericó. Seu livro narra a viagem que realizou como jornalista à China e à União Soviética entre os meses de abril e maio de 1952. Uma referência à muralha de Jericó é evidente. No entanto, além disso, a combinação da narrativa bíblica com a visita do narrador-

personagem aos países socialistas, em um momento no qual a Igreja Católica no Brasil difundia o anticomunismo no Brasil, se mostrava estratégica no sentido de sensibilizar, ao menos, para a curiosidade dos leitores (ALMEIDA, 2021). Assim, o jornal *A Classe Operária* admitiu função aproximada a que era destinada aos escritores: disseminar a um público mais amplo os ideais revolucionários visando a mobilização política e sua adesão às causas defendidas pelo partido, especialmente naquilo que se relaciona à ideia de revolução, muito presente na produção cultural difundida pelos comunistas.

No que diz respeito à formação para a militância, sobretudo a que se envolvia em aparatos clandestinos, pode-se afirmar que os membros do partido aprendiam a “amar a revolução e o partido acima de tudo, bem como o operariado, o povo e a humanidade” Esse “amor” era recorrentemente compreendido como “devoção” e “abnegação” consideradas imprescindíveis às causas do partido. A “devoção” e a “abnegação” seriam “ilimitadas”, mesmo às custas de “sacrifícios pessoais e familiares” ou mesmo de “eventuais sofrimentos físicos em caso de prisão” (MOTTA, 2013, p. 26). Nas páginas de *A Classe Operária*, essa formação para a militância se realizou também pelo recurso da *denúncia* das violências da ditadura militar, as que foram cometidas em atos de prisões arbitrárias ou nos casos de tortura e visavam estabelecer e valorizar uma espécie de código de conduta para o militante comunista.

Nas páginas de *A Classe Operária*, a crença da infalibilidade do partido era um ponto importante da cultura política comunista que foi bastante destacado, como no caso da edição de fevereiro de 1968:

Nenhuma razão de ordem particular pode afastar o comunista do posto para o qual foi designado. Não escolhe tarefa e se regozija quando lhe são atribuídos os encargos mais difíceis. Por maiores que sejam os sacrifícios que a luta lhe impõe, jamais lamenta ou revela insatisfação. Se os militantes colocassem em primeiro plano questões de sua vida privada, quando muito seriam revolucionários pela metade. Estariam na posição de quem deseja a revolução, mas espera que outros a façam (A CLASSE OPERÁRIA, 1968, p. 1)

Como já dissemos, *A Classe Operária* não só fazia uma releitura de notícias veiculadas em outros periódicos de circulação maior, apontando o que não era dito explicitamente, como também, por meio do recurso estratégico da *denúncia*, teve o propósito de prosseguir com a formação de seus militantes, os que integravam o partido. Não foram poucas as vezes que o jornal noticiou as arbitrariedades da ditadura militar, principalmente no caso do emprego de violência física contra membros do partido. Torturas físicas e psicológicas, desaparecimentos e assassinatos foram veiculados por esse instrumento clandestino de educação visando, para além de informar sobre os ocorridos, disseminar, sobretudo entre os que integravam o partido, a conduta considerada “exemplar” de suas lideranças ou mesmo de outros membros da organização. Uma



das vítimas dos crimes da ditadura, liderança política importante dos comunistas, foi Carlos Marighella:

Vítima de torpe cilada, vilmente fuzilado em plena rua pela polícia, morreu Carlos Marighella. O assassinato deste conhecido revolucionário é mais uma ação vergonhosa e covarde que se acrescenta a onda de inominável violência que a ditadura militar vem cometendo. A história do Brasil registra poucos crimes políticos tão infames, tão friamente planejados como o perpetrado na Alameda Casa Branca, em São Paulo. Dezenas de beaguins, poderosamente armados, a traição, levaram a cabo um homicídio puro e simples. Este monstruoso crime da ditadura e parte de todo um plano visando a amedrontar, através do terror e do banditismo, os democratas e patriotas. Desesperados, inteiramente repudiados pelas massas, cada vez mais isolados, os generais que assaltaram o poder intensificaram a repressão em todo o país, realizam toda sorte de arbitrariedade e praticam crimes os mais selvagens.” (A CLASSE OPERÁRIA, 1969, p. 5)

É interessante ressaltar, neste aspecto, que a notícia sobre o assassinato de Carlos Marighella era bastante significativa. Entre as lideranças do partido, Marighella foi visto como um dos “exemplos” cujo “comportamento na prisão nos anos 1930” já o havia transformado em uma “lenda”. Foi também ele considerado o autor de um dos textos que “preparavam os militantes para a experiência prisional” cujo título era “Se fores preso camarada”. O que era esperado pelo partido era o “heroísmo no limite do martírio” (MOTTA, 2013, p. 26) e esses valores foram constantemente reiterados pelos veículos de divulgação, a exemplo do jornal *A Classe Operária*.

Ao denunciar um crime da ditadura, o jornal não deixaria de fazer como em outras publicações do partido em anos anteriores. O jornal *Voz Operária* por exemplo, já na primeira metade dos anos 1950, editava, com certa regularidade, uma coluna intitulada “Heróis e Mártires do PCB”. Foi por meio dos textos veiculados nessa coluna que se constituíram vários dos “modelos heroicos de militantes” então assassinados em confrontos com a polícia ou jagunços, até acidentes “a serviço da causa”. Todos “exemplos que se esperava fizessem escola entre os novos aderentes” (MOTTA, 2013, p. 27). Ao narrar situações, por vezes, difíceis do ponto de vista do grau de violência, não se pode dizer que não havia também uma intenção de sensibilização frente às atrocidades cometidas pela ditadura militar no país. Por outro lado, o recurso da *denúncia*, combinado com os mandamentos acerca da conduta do militante, *anunciam*, além da violência que era narrada, que poderia sensibilizar o público mais amplo, a conduta que era esperada pelo partido em relação aos seus militantes.

Diógenes Arruda, que foi uma importante liderança comunistas no Brasil, em suas memórias, destacou quais seriam as atribuições do militante que, além de incluir certa predisposição para atividades clandestinas, não deixava de se fundamentar também em um tipo de comportamento que era esperado:

Guardar rigorosamente os segredos do Partido e manter sempre a vigilância e firmeza comunista no trabalho clandestino, na atividade legal de massas e diante de qualquer inimigo de classe do proletariado, dando, se necessário, a própria vida – o ódio de classe ao inimigo e a fidelidade ilimitada ao Partido são imprescindíveis em todos os domínios e circunstâncias (ARRUDA, 2000, p. 17).

A *denúncia* das violências cometidas pelos agentes da repressão durante a ditadura militar comportou não só um tipo de resistência à imposição de um regime violento que era perpetrado pelo Estado, mas também, por meio dos casos “noticiados”, uma formação para militância que incluiu uma série de comportamentos que deveriam ser rigorosamente seguidos pelos integrantes do partido. Em seu conjunto, as edições analisadas de *A Classe Operária* demonstram como o jornal atuou como um instrumento de educação importante para os comunistas em um momento em que suas trajetórias de vida estiveram marcadas pela sua condição de clandestinidade.

### Considerações finais

Inserindo-se no contexto, já apontado por alguns pesquisadores, de diversificação de temas e fontes para a História da Educação, o percurso investigativo que apresentamos sobre o jornal *A Classe Operária* e seus propósitos educativos associados à cultura política comunista em um contexto marcado pela clandestinidade política, buscou contribuir com estudos do campo histórico-educacional e das práticas educativas não escolarizadas.

Além de apresentar algumas notas de nosso percurso investigativo, desde as balizas teórico-conceituais que orientaram nossas pesquisas até o trabalho com as fontes de pesquisa e as edições do jornal *A Classe Operária*, estabelecemos, no plano teórico-conceitual possibilidades de relação entre educação, clandestinidade e cultura política. Procuramos, nesse percurso, conjugar teoria e metodologia, trazendo algumas das principais visões do campo historiográfico em geral, e do histórico-educacional em particular, no sentido do adequado trabalho com o jornal/periódico como fonte histórica.

A análise das edições do jornal *A Classe Operária* entre os anos de 1967 e 1969 demonstra que, além do periódico ser visto como um importante instrumento de educação e formação política para os comunistas (o que ocorreu ao longo de toda a sua trajetória de existência), no momento em que a atuação de seus membros se realizou na clandestinidade, a *denúncia* ganhou outros contornos, mais específicos, ligados à formação de militantes, através das narrativas de trajetórias de membros e lideranças e de sua atuação na e para a clandestinidade. A *denúncia* funcionou como princípio da cultura política comunista e se configurou também como um recurso nas páginas de *A Classe Operária*, ou seja, um princípio fundado na cultura política comunista e um recurso específico em momentos nos quais a organização precisou atuar na clandestinidade.

## Referências

- A CLASSE OPERÁRIA. *Vincular-se às massas*. Rio de Janeiro, n. 16, jul. 1967. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo?aba=4>. Acesso em: 01. nov. 2021.
- A CLASSE OPERÁRIA. *Tarefa decisiva*. Rio de Janeiro, n. 19, fev. 1967. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo?aba=4>. Acesso em: 01. nov. 2021.
- A CLASSE OPERÁRIA. *Apelo revolucionário*. Rio de Janeiro, n. 22, maio. 1968. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo?aba=4>. Acesso em: 01. nov. 2021.
- A CLASSE OPERÁRIA. *Crime monstruoso da ditadura*. Rio de Janeiro, n. 35, nov. 1969. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo?aba=4>. Acesso em: 01. nov. 2021.
- ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Dimensões da narrativa como testemunho: educação e clandestinidade no relato de viagem *As muralhas de Jericó*, de Josué Guimarães. In: SILVEIRA, Éder da Silva; ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco; PEREIRA, Marcos Villela. *Educação clandestina: dimensões conceituais e novas interlocuções*. Vol. 3. Porto Alegre: Edipucrs, 2021, p. 83-102.
- ARRUDA, Diógenes. *A educação revolucionária do comunista*. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- CABANAS, José María. *Teoria da Educação: concepção antinômica da educação*. Lisboa: Asa, 2002.
- CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Camara. *Apresentação*. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CATANI, Denice Bárbara (Orgs.). *Educação em revista: a imprensa e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 5-10.
- CATANI, Denice Bárbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPED (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 113-128, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gh7nGVYpKmBgjShVFSSB8Bv/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 05 dez. 2021.
- ELMIR, Claudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: LEAL, Elizabeth. O uso das fontes: a bibliografia acadêmica, o jornal e o documento oficial na pesquisa histórica. *Cadernos do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS*, Porto Alegre, n. 13, s.n., 1995.
- FERREIRA, Jorge. Os comunistas e os novos rumos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE
- HISTÓRIA. ANPUH, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: ANPUH, 2011.

FIUZA, A. F.; BRAGGIO, A. K. Acervo da DOPS/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 430-452, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013430> Acesso em: 05 dez. 2021.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Livraria Editora, 1986.

LACERDA FILHO, Mozart. *A experiência da clandestinidade política: relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1979)*, 2011, Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista em Franca, Franca, 2011.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanesi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs). *Fontes históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista. In: NAPOLITANO, Marcos;

CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013, p. 15-37.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. 2. ed. Belo Horizonte, 2014, p. 13-38.

NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: concepções e organização do repertório português. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CATANI, Denice Bárbara (Orgs.). *Educação em revista: a imprensa e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 11-31.

SILVEIRA, Éder da Silva; ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Educação clandestina: a proposição de um conceito. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/75265/45102> Acesso em: 25 abr. 2023.

SILVEIRA, Éder da Silva; MORETTI, Cheron Zanini. Memórias de uma educação clandestina: comunistas brasileiros e escolas políticas na União Soviética na década de 1950. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 33, n. 66, p. 193-208, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/50178> Acesso em: 05 abr. 2023.

SILVEIRA, Éder da Silva; OLIVEIRA, Amanda Assis de. Narrativas, memórias e experiência na história de uma educação clandestina. In: SILVEIRA, Éder da Silva; MORETTI, Cheron Zanini; PEREIRA, Marcos Villela (Orgs). *Educação Clandestina: educação e clandestinidade*. Vol 1. Porto Alegre: Edipucrs, 2019, p. 151-174.

SILVEIRA, Éder da Silva; OLIVEIRA, Amanda Assis de; MULLER, Marieli Elena; NICOLAY, Paula. Educação comunista nas páginas do jornal A Classe Operária (1968-1970). In: SILVEIRA, Éder da Silva; MORETTI, Cheron Zanini; PEREIRA, Marcos Villela (Orgs). *Educação clandestina: educação e culturas políticas*. Vol. 2. Porto Alegre: Edipucrs, 2019, p. 59-79.